



## Glossário esclarece informações sobre sustentabilidade do Judiciário

Está no ar desde a última sexta-feira, dia 29 de julho, um glossário que vai facilitar a apuração de informações sobre a sustentabilidade do Poder Judiciário. O material elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) traz as definições dos indicadores que vão quantificar o consumo dos tribunais – energia elétrica e água, dentre outros –, e também as despesas com serviços como limpeza e vigilância, por exemplo.

O glossário, que está disponível no portal do CNJ ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), esclarece como preencher os formulários do Sistema PLS-Jud em que os servidores da Justiça informarão, dentre outros dados, a quantidade de papel encaminhado pelos seus respectivos tribunais à reciclagem e o investimento na educação socioambiental da força de trabalho.

Além da descrição do indicador, o texto do glossário trata da periodicidade de cada um dos itens. O consumo de papel, por exemplo, deve ser apurado todo mês, enquanto o tamanho da frota de veículos do tribunal tem de ser registrado anualmente. De acordo com o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI/CNJ), 357 pessoas de 82 tribunais de todos os ramos da Justiça (Federal, Eleitoral, etc.) e dos conselhos (da Justiça do Trabalho e de outros órgãos) estão aptos a informar os dados sobre a sustentabilidade dos segmentos do Judiciário.

**Divulgação** – De acordo com a Resolução CNJ nº 201, de 2015, as estatísticas sobre a sustentabilidade do Poder Judiciário também serão divulgadas anualmente, como acontece com o Relatório Justiça em Números, anuário estatístico do Judiciário brasileiro. Os artigos 9º e 24º da norma do CNJ preveem que o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário será elaborado e publicado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ) seis meses após o envio pelos tribunais dos relatórios com seus respectivos desempenhos no campo socioambiental.

*Com informações do CNJ.*

## Comissão Permanente dos JEFs discute novos rumos para os Juizados

A Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais (JEFs), instituída pela Resolução/CJF nº 315/2003, reuniu-se na última terça-feira, dia 2, na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília/DF. Dos temas discutidos na primeira parte do encontro, pela manhã, destacam-se as alterações no Regimento Interno das turmas recursais e regionais de uniformização, aprovadas pelo plenário do CJF, em abril deste ano, para que haja efetiva observância e adequação do documento pelas turmas.

A Comissão é presidida pelo corregedor-geral da Justiça Federal e presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU), ministro Og Fernandes, e composta pelos coordenadores dos JEFs nos cinco tribunais regionais federais (TRFs), dentre eles a desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, e pelo presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), juiz federal Roberto Carvalho Veloso, da Seção Judiciária do Maranhão.

O secretário-geral do CJF, juiz federal José Antonio Savaris, representou o corregedor-geral na abertura da reunião e destacou a importância do encontro. O magistrado acrescentou que, na ocasião, também seria apresentado o Grupo de Trabalho (GT) da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) aos demais membros da Comissão Permanente dos JEFs, o que permitiria “debater em conjunto todos os itens da pauta”.

Discussões - A Comissão deliberou, dentre outras propostas, que nos JEFs os prazos processuais devem ser contados em dias úteis em todas as cinco regiões, como determina o Regimento Interno da TNU, até que se tenha a aprovação de uma proposta legislativa que busca, em face da singularidade dos juizados, a contagem em dias corridos.

Os integrantes debateram, ainda, a padronização nos JEFs em relação a recursos e a apresentação de laudo padrão de benefícios por incapacidade, ponto este que será recomendado pelo Conselho. Também foi deliberada uma consulta pelo CJF com os juizes federais para saber a opinião deles em relação ao Projeto de Lei nº 5826/13, que, entre outros tópicos, sugere a extinção da Turma Regional de Uniformização (TRU).

*Com informações do CJF.*

## CJF realiza sessão extraordinária na próxima segunda-feira

O Conselho da Justiça Federal (CJF) se reúne na próxima segunda-feira, dia 08, a partir das 15h na sede do órgão, em Brasília. O presidente do TRF da 1ª Região e membro do Colegiado, desembargador federal Hilton Queiroz, estará presente à sessão destinada à deliberação de assuntos administrativos e orçamentários da Justiça Federal de 1º e 2º graus.